

Território, Saúde e Política Pública

Laura Piza

A pesquisa

Em Santo André, no ABC Paulista, o Morro da Kibon (MKD) foi foco de uma pesquisa que investigou como o lugar onde se vive pode determinar a saúde e impactar diretamente a qualidade de vida.

O estudo, desenvolvido como iniciação científica na Fundação Getulio Vargas dentro do projeto Covid na Favela, buscou compreender a relação entre urbanização, políticas públicas, condições de saúde e resultados no pós-pandemia. A pergunta central era simples e estrutural: como o território impacta o bem-estar físico, mental e social da população?

O território

O MDK, como é conhecido pelos moradores, integra o Território 11, segundo a divisão administrativa municipal. A região abriga cerca de 61 mil habitantes, mas concentra apenas 2% da renda formal da cidade.

A desigualdade aparece nos números e nas histórias. Ruas extremamente íngremes dificultam a circulação de moradores, o acesso a serviços e até o deslocamento de crianças para a escola em dias de chuva. A coleta de lixo não atende todas as casas. O acesso à água potável, esgoto e serviços de saúde é limitado.

As entrevistas mostram que o território não é homogêneo. A parte superior do morro, ocupada mais recentemente, apresenta moradias mais frágeis e maior isolamento, agravado por subidas íngremes e ausência de infraestrutura. Uma moradora relatou que sua família vivia constantemente doente antes de conseguir se mudar para uma área mais estruturada. “A gente vivia doente, com frio, sem água limpa. Hoje a vida melhorou”, afirmou ao contar que conseguiu alugar uma casa na entrada do território.

A diversidade interna exige políticas específicas. Como destacou um Agente Comunitário de Saúde ouvido na pesquisa: não é possível tratar o Morro da Kibon como uma realidade única.

Direito à cidade e à saúde

Foram entrevistadas 16 pessoas, majoritariamente mulheres, evidenciando o protagonismo feminino no cuidado familiar e na participação comunitária.

Entre as queixas mais frequentes estão a ausência de equipamentos de saúde próximos, barulho constante, risco de alagamentos e poeira das ruas de terra. Ainda assim, muitos moradores destacaram o sentimento de pertencimento e a boa localização do bairro.

Esses relatos reforçam a centralidade da moradia e dos vínculos territoriais. Garantir habitação digna não significa apenas construir casas, mas assegurar infraestrutura e serviços onde as pessoas já vivem e constroem suas redes sociais.

Os efeitos da pandemia também permanecem. Moradores relataram dificuldades para cumprir medidas de proteção recomendadas por organismos internacionais de saúde, o que sugere que os impactos da Covid-19 podem ter sido ainda mais severos no território.

Passos futuros

A pesquisa dialoga com o conceito de Determinantes Sociais da Saúde, amplamente discutido por organismos internacionais: moradia, renda, mobilidade, saneamento e educação influenciam diretamente a saúde e a qualidade de vida. Como resume um documentário do Banco Interamericano de Desenvolvimento citado no estudo, o CEP pode pesar mais do que o código genético.

O trabalho conclui que o território pode tanto proteger quanto agravar vulnerabilidades. Para transformar essa realidade, não basta construir moradias. É necessário implementar políticas públicas interdisciplinares que garantam acesso contínuo à saúde, mobilidade, saneamento, coleta de lixo e espaços públicos de convivência.

Políticas participativas, que escutem as diferentes demandas do território, são fundamentais para que qualidade de vida deixe de ser promessa e se torne prática concreta.